



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 19/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 11 de novembro de 2015

----- Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Paulo Paulino, José Pereira, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino informou os membros presentes da não comparência do sr. presidente na reunião, dado que, o mesmo encontra-se em Sevilha, a convite da Direção Regional da Cultura e Região do Turismo do Algarve, no âmbito da promoção da Rota Omíada . -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor presidente, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor vice-presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vereador José Pereira

↓

interveio para questionar qual a razão da não entrega dos documentos solicitados pelo executivo permanente, através de vários requerimentos/protestos apresentados em reuniões transatas. De seguida mostrou a sua admiração pelo facto de não ter havido qualquer referência, por parte do vereador Paulo Paulino à Feira da Perdiz. -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que a omissão da Feira da Perdiz prendeu-se pelo facto de ter facultado a palavra em primeiro lugar aos vereadores da oposição, e que a questão apontada será esclarecida pelo sr, presidente na próxima reunião de Câmara. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar o porquê da não entrega das atividades referentes à Unidade Móvel de Saúde, cuja solicitação “vai fazer três meses”, bem como o porquê das revistas municipais, elaboradas pelo anterior executivo, ainda não se encontrarem na página da internet, uma vez que já questionou o assunto “não sei se há um ano ou dois, mas acho que já é tempo de mais”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para relembrar que “a desculpa que existiu na altura, para a omissão das revistas, era que a empresa não tinha os conteúdos para lançar as ditas revistas, na atualização da página”, e é nesse sentido que é da opinião que se a empresa ao final de um ano, não atualiza o serviço e/ou a informação que a Edilidade necessita e que é obrigatória, é porque a referida empresa não se encontra a prestar um bom serviço, não merecendo assim a mínima credibilidade por parte da Câmara Municipal. -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino interveio para mencionar que tomará nota das questões apontadas, nomeadamente da unidade móvel de saúde e revistas municipais, adiantando de seguida que a última matéria prende-se por uma questão técnica, porém, verificará o assunto. Continuou a sua intervenção endereçando uma palavra de apreço “a todos os funcionários que colaboraram” na VIII Edição da Feira da Perdiz, agradecendo o seu empenho, dedicação e esforço. Em relação ao evento frisou que o mesmo decorreu com normalidade, apesar do número de visitantes “não ser como esperávamos”, e como tal considera que devem ser revistos alguns aspetos. Deu nota ainda que o balanço “foi positivo”, e que a iniciativa é bastante importante para o concelho de

Alcoutim, especialmente para a freguesia de Martim Longo”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para apresentar a declaração que se passa a transcrever: “ Recusa de Informação – José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcoutim, pelas listas do Partido Social Democrata, veem apresentar protesto junto de V/ Ex^a., pela não entrega dos documentos solicitados, através de requerimento, apresentado em reunião de Câmara de 08 de julho de 2015, nomeadamente, resumo diário de tesouraria, listagem com protocolos/acordos/subsídios e relatório de obras e atividades. Considerando que fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos; considerando, que na reunião de Câmara de 22 de julho, confrontamos o senhor presidente, com a não entrega dos documentos requeridos, e mais uma vez com o incumprimento do regimento da Câmara Municipal e com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio; Considerando que no dia 22 de julho, pelas 17h59m, foi-nos solicitado através de e-mail que deveríamos concretizar e especificar as datas e assuntos que pretendíamos ser informados; considerando que face às dúvidas do senhor presidente, informamos em reunião de Câmara de 09 de setembro, sobre que assuntos realmente queríamos ser informados e respetivos documentos; Considerando que na reunião de Câmara, dia 14 de outubro, apresentamos 2.º protesto pela não entrega dos mesmos; considerando que na reunião de Câmara, dia 30 de outubro, apresentamos 3.º protesto pela não entrega dos mesmos; Considerando que até hoje, dia 11/11/2015, o senhor presidente não nos prestou a informação e não nos forneceu os documentos solicitados; considerando que a informação solicitadas continua a não nos ser facultada, continuando a sonegação de informação a que temos direito e que é essencial para o exercício do nosso mandato; Considerando que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito da Oposição aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de oposição nas autarquias locais: o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; Considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido, assim como o regimento da Câmara Municipal, que tal atitude é recorrente, abusiva

3



1
e intolerante, demonstra uma falta de consideração e respeito por quem foi eleito e demonstra abuso de poder por parte do senhor presidente, ao evitar e tudo fazer para não facultar documentos, apresentamos esta declaração. Os vereadores do PSD". -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º216) respeitante ao dia 10 de novembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.162.687,33; -----

----- Operações Orçamentais - € 868.541,26; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 286.733,92 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a Ata n.º 18/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 30 de outubro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – ESTÁGIO/FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO NA ÁREA DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar o protocolo entre o Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António e o Município de Alcoutim.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO À CI – AMAL/COMUNIDADE**

4



INTERMUNICIPAL DO ALGARVE – PROJETOS INTERMUNICIPAIS:

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro a atribuição do apoio solicitado pela CI – AMAL/ Comunidade Intermunicipal do Algarve, a cada um dos projetos identificados (Rede de apoio ao desenvolvimento; PADRE – Plano de ação de desenvolvimento dos Recursos Endógenos; Plano de Mobilidade e Transporte Intermunicipais; Plano de Capacitação da Administração Local, Mais Partilha, ALI + Administração Local Inteligente – cooperação Transfronteiriça), no valor de € 13.362,06 (treze mil trezentos e sessenta e dois euros e seis cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DE

ALCOUTIM: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar a atribuição de um subsídio ao Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), com vista a garantir a atividade de saúde pública, no concelho de Alcoutim. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros ausentou-se da Sala, não participando na discussão e votação deste ponto, alegando “razões de consciência”, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar qual a razão da não assinatura do referido protocolo no início de 2015, e qual o motivo da diminuição da verba. -----

----- O vice-presidente usou da palavra para mencionar que o protocolo de 2014 “ foi assinado sem termo e encontra-se em vigor”, quanto à diminuição da verba adiantou que o presidente é que tratou do assunto, e como tal

considera que dado às dúvidas existentes, o ponto poderá ser retirado, caso seja necessário. -----

----- O vereador José Pereira iniciou a sua intervenção fazendo menção aos conteúdos da proposta e protocolo para questionar qual a razão da divergência existente entre as verbas atribuídas em 2014 e 2015, uma vez que “estamos a falar de uma Associação que presta o mesmo serviço, com o mesmo número de efetivos/funcionários” e de extrema importância para o concelho, e é nesse sentido que considera que “estamos a dar uma facada” numa entidade que está dependente, como todas as outras. Findou referindo que continua a não entender essa diminuição de valores, quando depois se aumenta, em outras Associações que se calhar não tem tanta importância em termos de atividade principal e criação de riqueza, na economia local”. -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino interveio para mencionar se o valor atribuído “não for suficiente” e a ADS necessitar de um reforço de verba, “não está a ver a Câmara Municipal chumbar esse pedido”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que “não pode aceitar uma justificação destas”, uma vez que existe um protocolo assinado e em vigor, com uma verba de € 15.000,00, e como tal considera incongruente que se reduza a verba “sem que exista uma palavra para com a Associação, tendo o vice-presidente usado da palavra novamente para frisar que o assunto poderá ser retirado, caso exista necessidade. O vereador continuou a sua intervenção para declinar a retirada do ponto e sugerir que seja atribuída a mesma verba, do ano passado, dado a importância desta entidade (ADS) para a economia local do concelho, produtores, saúde pública, etc.. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que as questões apresentadas são legítimas, porém, “como não temos conhecimento” das conversações entre o sr. presidente e representante da ADS sugere a aprovação do subsídio em questão e posteriormente “outro subsídio”, tendo em conta a importância da Associação no concelho. -----

----- O vice-presidente usou da palavra para relembrar que o que está em causa é a atribuição dos € 10.000,00, e caso “não nos encontrarmos em condições de votar o ponto, o mesmo é retirado para esclarecimentos adicionais”. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para corroborar com o vereador José Galrito, no entanto, é da opinião que deve ser presente “ainda este ano”, a reunião de Câmara outro subsídio, ou a alteração do valor para €15.000,00. Ainda questionou se existiu alguma reunião com os membros da direção da ADS, para a diminuição da verba a atribuir. -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que tem conhecimento que a ADS atravessa problemas financeiros, pelo que considera que devemos aprovar, no momento, a verba constante na proposta (€ 10.000,00) e posteriormente o executivo permanente proporcionar reunião com a direção da referida entidade, para analisar e avaliar a situação, em termos de despesas com o seu funcionamento, e após esse balanço, caso se justifique, voltar nova proposta à reunião de Câmara. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURA E DESPORTO E ARTE DOS BALURCOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 junho e para os efeitos do disposto do artigo 14.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e conjugado com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Solidariedade Social, Cultura e Desporto e Arte dos Balurcos, no valor de € 2. 000,00 (dois mil euros), para fazer face a despesas com o funcionamento do Lar de Balurcos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar cópia do protocolo atualizado. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **SUBSÍDIO À PARÓQUIA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE MARTIM LONGO - RESTAURO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os

efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 aprovar a atribuição de um subsídio para comparticipação dos custos, no valor de € 2.000,00 (dois mil euros), à Paróquia da Nossa Senhora da Conceição de Martim Longo, para fazer face a despesas com o Retábulo da Capela do Espírito Santo -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 11 de novembro de 2015, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor vice-presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor vice-presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

